

# A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA INCLUSÃO EDUCACIONAL: UM RELATO SOBRE ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

*Data de aceite: 01/11/2024*

### **Celeste Natividade Dias Santos Oliveira**

Coordenadora Pedagógica SMED/  
Salvador. Mestranda pela Universidade  
Estadual da Bahia (UNEB) no programa  
Gestão e Tecnologias Aplicadas à  
Educação (GESTEC). Licenciatura em  
Pedagogia pelas Faculdades Integradas

Olga Mettig.

Secretaria Municipal de Educação de  
Salvador/SMED  
Salvador/Bahia

<https://lattes.cnpq.br/4019264667535633>

**RESUMO:** A inclusão escolar é um desafio e uma necessidade imperativa refletidos nas atuais políticas educacionais. A legislação brasileira atual, como a Lei Brasileira de Inclusão dos Deficientes e a Lei de Diretrizes e Bases, oferece diretrizes claras para a implementação de uma educação inclusiva. Na rede municipal de educação em Salvador, na Bahia, as ações têm avançado no sentido da inclusão escolar de estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades de forma significativa como exemplos ações de implantação e efetivação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), com o serviço de Atendimento Educacional Especializado

(AEE), o procedimento pedagógico do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), os convênios com instituições especializadas, dentre outras ações. Nesse sentido, o papel da coordenação pedagógica se depara com múltiplos desafios ao articular tais ações para garantir uma educação inclusiva de qualidade para os estudantes na situação de atenção especializada. Este artigo tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre a prática da coordenação pedagógica no trabalho escolar ou na gestão pedagógica, visando minimizar os problemas enfrentados e favorecer a melhoria da aprendizagem desses estudantes. Dos resultados da importância do papel da coordenação para a inclusão leva para a provocação: o que, por que e como fazemos efetivamente o processo da inclusão escolar em nossas escolas?

**PALAVRAS-CHAVES:** Atuação da coordenação pedagógica; inclusão escolar; estratégias de ação.

### THE PERFORMANCE OF THE PEDAGOGICAL COORDINATOR IN EDUCATIONAL INCLUSION: A REPORT ON ACTION STRATEGIES

**ABSTRACT:** School inclusion is a challenge

and an imperative need reflected in current educational policies. Current Brazilian legislation, such as the Brazilian Law on the Inclusion of Disabled People and the Law of Guidelines and Bases, offers clear guidelines for the implementation of inclusive education. In the municipal education network in Salvador, Bahia, actions have advanced towards the school inclusion of students with disabilities, disorders and high abilities in a significant way, such as actions to implement and implement Multifunctional Resource Rooms (SRM), with the service Specialized Educational Service (AEE), the pedagogical procedure of the Individual Development Plan (PDI), agreements with specialized institutions, among other actions. In this sense, the role of pedagogical coordination is faced with multiple challenges when articulating such actions to guarantee quality inclusive education for students in specialized care situations. This article aims to contribute to reflection on the practice of pedagogical coordination in school work or pedagogical management, aiming to minimize the problems faced and favor the improvement of these students' learning. From the results, the importance of the role of coordination for inclusion leads to the provocation: what, why and how do we effectively carry out the process of school inclusion in our schools?

**KEYWORDS:** Performance of the pedagogical coordination; school inclusion; action strategies.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em uma pesquisa realizada em 13 capitais do país em 2015, intitulada “O Coordenador Pedagógico e a Formação de Professores: Intenções, Tensões e Contradições”, realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC),<sup>1</sup> revelou alguns resultados objetivando analisar o papel dos coordenadores pedagógicos na formação continuada dos professores, identificando as intenções e os desafios encontrados no cotidiano escolar.

Tais resultados, mostraram a complexidade e a importância do papel dos coordenadores pedagógicos na promoção de uma educação de qualidade e inclusiva, bem como o enfrentamento das muitas dificuldades e contradições ao tentar conciliar as expectativas de formação com as necessidades práticas da escola. Em 2012, a Rede Municipal de Salvador publicou um livro intitulado *Coordenador Pedagógico: Caminhos, Desafios e Aprendizagens para a Prática Educativa*,<sup>2</sup> que é uma referência em nosso município para os estudos e elaboração de um plano de ação mais consciente da nossa prática. Esse livro também representa um marco, pois registra um período intenso de formação de coordenadores em nossa rede.

Apesar dos avanços alcançados nas questões para inclusão escolar, é necessário atualizar nossas concepções e práticas. Esse relato de experiência oferece uma oportunidade para avaliar o quanto ainda precisamos aprender, compreendendo que nosso cotidiano, nossas rotinas, estudos, trocas e parcerias são instrumentos essenciais para melhorar e qualificar o atendimento aos estudantes com necessidades especiais.

<sup>1</sup> Fonte: O coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições | CEDOC | Observatório de Educação (institutounibanco.org.br). Acesso em 18 de julho de 2024.

<sup>2</sup> Fonte: ANEXO\_3\_TDR\_003.pdf (salvador.ba.gov.br). Acesso em 18 de julho de 2024.

De acordo com Franco (2008), a tarefa de coordenar o pedagógico é complexa e exige clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Ele ressalta que essa função, assim como toda ação pedagógica, é uma ação política, ética e comprometida, que só pode ter sucesso em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos. Libâneo (2004) enfatiza a importância da organização no contexto escolar, destacando as ações essenciais para uma gestão eficaz, que incluem planejar, racionalizar recursos, dirigir e coordenar o trabalho das pessoas, além de acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas. Nesse cenário, o papel do coordenador pedagógico torna-se essencial.

Ao/a coordenador/a pedagógico/a cabe a promoção a aprendizagem e o desenvolvimento educacional. Suas funções vão além do suporte aos professores. Envolvem a liderança na implementação de planos e projetos pedagógicos, a facilitação do uso eficiente dos recursos disponíveis e a garantia de que os objetivos educacionais sejam alcançados de maneira colaborativa, integrada e inclusiva. Na gestão pedagógica, o coordenador/a é um agente articulador/a, capaz de criar um espaço de reflexão e troca entre os docentes, promovendo a melhoria contínua das práticas pedagógicas para assegurar que o planejamento educacional esteja alinhado com as necessidades e potencialidades dos estudantes, contribuindo para uma educação de qualidade e inclusiva. A coordenação também deve preocupar-se com o clima organizacional da equipe para o alcance de resultados e cumprimento das diretrizes legais.

Nesta experiência, foram seguidas as diretrizes estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sob nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), que promove a igualdade de condições para o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. A inclusão, conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), visa assegurar o pleno acesso, permanência e sucesso dos estudantes com necessidades educacionais especiais no sistema educacional regular.

Concepções de inclusão vêm se ampliando e exigindo dos coordenadores/as pedagógicos/as que promovam ações que possam atender a diversidade que hoje encontramos em nossas escolas, que precisam ser respeitadas, acolhidas e incluídas. Para Mader (1997), Inclusão:

[...] é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos. Uma sociedade com que a inclusão é uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal (Mader, 1997, p. 47).

Foram observadas também as orientações para a implementação das políticas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, conforme os documentos oficiais da rede municipal de Salvador, com a Resolução nº 038/2013, que desdobrou o Plano de

Desenvolvimento Individual (PDI) e as Diretrizes para a Educação Especial, que orientam também as salas com o de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No contexto da educação inclusiva, um dos desafios mais exigentes para a coordenação pedagógica é garantir o apoio adequado aos estudantes com necessidades especiais em salas de aula regulares. Esse desafio abrange questões relacionadas à formação dos professores, adaptação curricular, conscientização dos professores sobre seu papel e promoção de práticas inclusivas. Além disso, lidar com as diversas características cognitivas, intelectuais e comportamentais dos estudantes requer abordagens individualizadas, uma vez que não existe uma metodologia única para apoiar e aprimorar a aprendizagem e a escolarização destes estudantes.

Diante dos desafios da coordenação, o relato que segue narra as ações desenvolvidas que envolveram a participação de professores/as do ensino fundamental do ciclo dos anos finais, professores/as do AEE, famílias dos estudantes com necessidades especiais, e parceiros/as voluntários/as que agregaram valores com participação ativa nas discussões e implementações de estudos, rodas de conversa e atendimentos. As ações desenvolvidas incluíram mapeamento e diagnóstico pedagógico, formação de professores/as, envolvimento da comunidade escolar, parcerias com entidades locais e voluntários, além de intervenções pedagógicas e acompanhamento contínuo.

Este relato de experiência pretende não apenas documentar as práticas adotadas, mas também promover uma reflexão crítica sobre o papel do coordenador pedagógico na articulação das ações inclusivas e no suporte aos professores e estudantes. A análise dos resultados alcançados ao longo desse período revela avanços significativos e desafios ainda a serem superados na busca por uma educação verdadeiramente inclusiva nas escolas do município de Salvador.

## **2 | DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UM ESTUDO DE CASO EM SALVADOR**

A Escola Municipal de Periperi, entre 2018 a 2023, experimentou um aumento significativo no número de estudantes com necessidades especiais matriculados em seus diferentes segmentos. No entanto, nem todos esses estudantes conseguem frequentar regularmente a sala de aula regular, devido a diversos fatores, como pouca oferta de Profissionais de Apoio Especializado (PAE) para acompanhar os estudantes, dificuldades destes estudantes de permanecer na sala de aula regular, transtornos com comorbidades complexas que os tornam mais suscetíveis a comportamentos disruptivos ou doenças. Com esse cenário, desenvolvemos ações para atender esses estudantes e suas famílias, como sensibilização da equipe, escuta das necessidades dos educadores, e a implementação de um plano de ação para resolução dos problemas emergentes. No entanto, questões como formação em educação inclusiva, conhecimento das características dos estudantes,

práticas e estratégias metodológicas adequadas, e recursos pedagógicos ainda são desafios a serem superados.

De acordo com Oliveira e Guimarães (2013), a formação docente e a busca pela qualidade do ensino para crianças com necessidades educativas especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional. A primeira é a dos professores do ensino regular, que devem possuir o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com estudantes com necessidades educativas especiais. A segunda é a formação de professores especialistas que possam atender diretamente os sujeitos com tais necessidades e/ou auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula. Essa perspectiva é reforçada por Bueno (1993), que argumenta que o conhecimento básico é fundamental para garantir que todos os educadores estejam preparados para promover a inclusão e o desenvolvimento adequado de todos os estudantes

A presença de um aluno com deficiência na escola demandará do coordenador pedagógico e de toda a equipe escolar um olhar sensível para enxergar, além da deficiência, um aluno com direitos e deveres, desejos e necessidades comuns a todos os outros, enfim, um ser de aprendizagem (Aguiar, 2015, p. 142).

Os autores destacam a importância da formação docente para lidar com estudantes com necessidades educativas especiais, enfatizando que os professores do ensino regular devem ter um conhecimento mínimo para lidar com esses estudantes e que também é essencial contar com professores especialistas para atendê-los de forma mais direta. Isso ressalta a necessidade de uma formação abrangente e contínua não apenas para os professores, mas também para o coordenador pedagógico, que desempenha um papel fundamental no apoio aos professores e no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

A presença de um aluno com deficiência na escola demandará do coordenador pedagógico e de toda a equipe escolar um olhar sensível para enxergar, além da deficiência, um aluno com direitos e deveres, desejos e necessidades comuns a todos os outros, enfim, um ser de aprendizagem (Aguiar, 2015, p. 142).

Logo, concordamos com Perez Gomez (1998) quando afirma que:

Toda aprendizagem relevante é, no fundo, um processo de diálogo com a realidade social e natural ou com a realidade imaginada. [...] Esse diálogo criador requer, em nossa opinião, uma comunidade democrática de aprendizagem, aberta ao exame e à participação real dos membros que a compõem, até o ponto de aceitar que se questione sua própria razão, as normas que regem as trocas e a própria proposta curricular ("Questão 2843707 IVIN - 2024 - Professor (Curuçá)/Língua Portuguesa") (Perez Gomes, 1998, p. 97).

O coordenador pedagógico, ao conhecer as características e necessidades dos estudantes com necessidades educativas especiais, pode subsidiar os professores

do ensino regular, oferecendo suporte na adaptação dos conteúdos e atividades, além de acompanhar de forma contínua o desenvolvimento desses estudantes. Portanto, a formação do coordenador também é fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. Assim como o/a professor/as, o/a coordenador/a pedagógico/a precisa ser um “animador cultural, um facilitador do diálogo e da reflexão crítica, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento e para a melhoria das práticas pedagógicas” (Freire, 1996, p. 83). O planejamento torna-se nesse contexto ser flexível, exigindo tempo para estudos, discussões e ajustes das práticas, conteúdos e concepções de aprendizagem adotadas sendo o diálogo a base para qualquer ação a ser desenvolvida na escola.

É evidente a necessidade de fortalecer as práticas inclusivas e o suporte aos estudantes com necessidades especiais, especialmente no contexto de uma escola com múltiplos segmentos e desafios específicos. A educação inclusiva não é apenas uma questão de acessibilidade física, mas também requer um ambiente educacional que promova a diversidade, a aceitação e a adaptação curricular, garantindo assim o pleno desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais, e para tanto é necessário que se promova formações continuadas que favoreçam práticas inovadoras. Libâneo (2004) ressalta que a escola deve ser vista como um ambiente onde os profissionais da educação aprimoram suas práticas pedagógicas e de gestão, além de ser um local de aprendizagem para os alunos. O autor salienta que a responsabilidade pela gestão escolar deve ser compartilhada por todos os membros da comunidade escolar e não deve restringir-se somente ao diretor e o coordenador pedagógico. Desse modo, a escola se torna o ambiente perfeito para a formação permanente e o desenvolvimento individual de gestores e educadores.

Esses desafios e ações desenvolvidas na Escola Municipal de Periperi destacam a importância da educação inclusiva e do papel que deve ser exercido pelo do coordenador pedagógico e de toda a equipe escolar nesse processo. As reflexões e práticas implementadas podem servir de exemplo e inspiração para outras escolas que vivenciam situações semelhantes na busca por uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. A experiência vivida no cotidiano escolar nos permite compreender que a educação inclusiva não é apenas uma questão de acessibilidade física, mas também requer um ambiente educacional que promova a diversidade, a aceitação e a adaptação curricular.

As ações desenvolvidas na escola destacam a importância do coordenador pedagógico e de toda a equipe escolar nesse processo, evidenciando a necessidade de fortalecer as práticas inclusivas e o suporte aos estudantes com necessidades especiais. Para a atuação do coordenador/a pedagógico/a na rede municipal de Salvador vem sendo demandadas formações que atendam ao contexto diverso de aprendizagens, e para tanto o estudo sobre estratégias pedagógicas e para ampliação do conhecimento de quem é o

meu estudante, qual a deficiência que ele tem, que habilidades ele precisa desenvolver para poder aprender a ler, a escrever, calcular, e se comunicar. É um trabalho contínuo que vem exigindo de cada coordenador na escola em que atua pois o seu espaço de trabalho é também o local onde ele aprende sobre o seu fazer.

Libâneo (2004) reflete sobre a importância da escola como um ambiente de múltiplos saberes, incluindo ciência, cultura, experiência, modos de agir, estratégias cognitivas e sentimentos, destacando a escola como um verdadeiro mundo do conhecimento. Nessa perspectiva em diálogo com nossos pares nos propusemos a desenvolver uma ação em nossa escola que denominamos do “Dia D Inclusão”. A implementação do Dia D Inclusão na escola teve como principal objetivo atender individualmente as famílias de estudantes que apresentavam dificuldades de aprendizagem, com ou sem laudo diagnóstico.

Esse projeto envolveu todos os professores em entrevistas com os pais para identificar características dos estudantes e aplicar um instrumento denominado “impressões pedagógicas”. As informações coletadas foram mapeadas e, conforme os resultados, os estudantes foram encaminhados para avaliação em entidades conveniadas. A ação visou facilitar o planejamento pedagógico e melhorar o atendimento educacional na sala de aula regular, além de promover formação contínua para os professores sobre temas relacionados à inclusão. No quadro a seguir apresentamos algumas ações desenvolvidas.

Quadro 01 - Ações e Objetivos para Inclusão Educacional

Ação	Objetivo
Atendimento individualizado às famílias	Identificar dificuldades de aprendizagem e características dos estudantes
Entrevistas com professores	Coletar impressões pedagógicas dos professores sobre os estudantes
Mapeamento de informações dos estudantes	Facilitar o planejamento de atividades pedagógicas e atendimento na sala de aula.
Encaminhamento para avaliação	Avaliar estudantes em entidades conveniadas para diagnóstico preciso
Entrega de mapeamento para professores	Fornecer dados detalhados sobre as necessidades dos estudantes para planejamento de atividades
Aplicação de teste de leitura e categorização	Identificar níveis de leitura e escrita dos estudantes conforme o referencial curricular
Encontros formativos com professores	Capacitar professores sobre autismo, transtornos e dificuldades de aprendizagem, além de estratégias de inclusão
Encontros com famílias de estudantes	Informar e orientar famílias sobre o desenvolvimento e estratégias de apoio educacional
Formação sobre Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)	Implementar PDI para avaliação e planejamento no conselho de classe
Plano quinzenal para estudantes ausentes	Prover atividades para realização em casa, com instruções para mediadores familiares

Avaliação e planejamento contínuo	Avaliar atividades retornadas e elaborar novas para dar continuidade ao processo educativo
Diversificação das atividades	Oferecer livros, desenhos, pinturas, vídeos e atividades no tablet para enriquecer o aprendizado
Parcerias com pesquisadores	Promover rodas de conversa e momentos de estudo sobre inclusão e práticas pedagógicas inclusivas
Envolvimento da comunidade escolar	Realizar encontros com famílias e intervenções no conselho de classe para acompanhar o desempenho dos estudantes
Oficinas e atendimentos do Projeto Sentido do Servir	Oferecer oficinas de cidadania, psicologia e atendimento psicológico para famílias e estudantes

Fonte: Quadro organizado pela autora.

A ação O Dia D Inclusão proporcionou uma aproximação significativa com as famílias dos estudantes, promovendo uma comunicação aberta e colaborativa entre a escola e a comunidade. As ações desenvolvidas, como o mapeamento das necessidades dos estudantes, a formação contínua dos professores e os encontros com as famílias, foram fundamentais para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

## 2.1 Um olhar crítico sobre a prática do coordenador pedagógico: alguns avanços e desafios da educação inclusiva

A parceria com os professores de AEE e o Projeto Sentido do Servir destacou-se como essencial para o sucesso da iniciativa, permitindo uma abordagem mais integrada e eficaz. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para a implementação completa de uma pedagogia inclusiva e efetiva, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

Reconhecemos que muitos avanços já foram conquistados na educação inclusiva, mas é importante termos uma visão crítica da realidade a que estamos submetidos. Embora a legislação tenha avançado, a transposição da lei para a prática efetiva ainda enfrenta muitos desafios. A demanda atual da coordenação pedagógica está ligada ao princípio da gestão democrática, entendida como afirma Libâneo (2004) como uma gestão aberta à participação e à coletividade, não apenas na execução de objetivos, mas também e especialmente na sua definição e no delineamento dos caminhos a serem tomados pela escola. Caminhos esses orientados por uma legitimação para efetivação da inclusão escolar.

Tendo os marcos legais a nível federal como referências: a Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) para implementação da inclusão escolar,



trouxemos a seguir o que há também especificamente em algumas legislações do município de Salvador.

Quadro 2: Avanços na Legislação da Educação e Inclusão no Município de Salvador

Marco Legal	Ano	Descrição
Resolução nº 038	2013	Estabelece normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Salvador-Bahia
Plano Municipal de Educação de Salvador (PME) Lei nº 9.105	2016	Fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica

Fonte: Quadro dos marcos organizado pela autora.

Esses marcos legais são essenciais para que os profissionais de educação compreendam suas implicações e possam aplicar esses conhecimentos na prática. Para consolidar uma educação inclusiva, para que, os coordenadores pedagógicos, junto com suas equipes, implementem práticas colaborativas e eticamente comprometidas com a inclusão escolar. O conhecimento dessas leis amplia a compreensão conceitual e prática, favorecendo ações que efetivem uma educação verdadeiramente inclusiva.

É importante destacar a complexidade na atuação do coordenador pedagógico e seu compromisso político com o direito de aprender. Esse compromisso precisa ser uma ação concreta na sua prática. Frequentemente, a equipe gestora está muito ocupada com a gestão de pessoas, administração, processos e programas que chegam à escola, além de lidar com problemas de indisciplina que consomem muito tempo. No entanto, é necessário compreender que, ao falar de uma gestão pedagógica democrática, estamos afirmando a importância da participação e da tomada de decisão coletiva. Para isso, é fundamental que a equipe gestora tenha claras as prioridades pedagógicas, os resultados e as metas descritas, tanto nos documentos oficiais quanto na identidade da escola.

O trabalho do coordenador é exaustivo devido à carga horária intensa e à necessidade de conhecimento técnico e competências em diversas áreas. Além disso, é essencial a competência relacional para manter um clima de harmonia e lidar com todas as demandas educacionais. A troca de conhecimentos entre os profissionais de educação, a colaboração e a participação efetiva são cruciais para a transposição do teórico para a prática.

Apesar de alguns avanços, a transposição da legislação para a prática ainda é um desafio significativo. A gestão democrática exige a participação e colaboração de todos os envolvidos no processo educativo. O coordenador pedagógico desempenha um papel crucial, necessitando de competências técnicas e relacionais para lidar com as demandas

educacionais e promover um ambiente inclusivo e participativo. É necessário um esforço coletivo e uma responsabilidade compartilhada para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

### 3 | RESULTADOS E ALGUMAS PROVOCAÇÕES

Ao longo dos cinco anos de experiência como coordenadora pedagógica, constatamos que atuar com uma perspectiva inclusiva é um processo contínuo e desafiador, mas extremamente recompensador. O papel do coordenador pedagógico é fundamental na promoção de uma educação inclusiva que atenda às necessidades de todos os estudantes, respeitando suas individualidades e potencializando suas capacidades.

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas requer um profundo conhecimento das legislações e políticas educacionais, além de um compromisso ético com a inclusão. A legislação brasileira, como a Constituição de 1988, a LDB, o PNE, e a recente Lei do TDAH, oferecem diretrizes claras para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Nota Técnica nº 04/2014 reforçam a importância do atendimento pedagógico individualizado, sem a obrigatoriedade de laudos médicos, destacando que a prioridade é o suporte pedagógico. E afinal, o que, por que e como fazemos efetivamente o processo da inclusão escolar em nossas escolas?

### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenhamos alcançado avanços significativos no campo das práticas pedagógicas qualificadas e conscientes, ainda estamos aquém do desejado. Essa inquietação nos motiva a perseverar na superação das dificuldades encontradas na rotina escolar, que têm impedido nosso progresso nesse propósito. As pesquisas desenvolvidas nesse período nos fortalecem por meio das reflexões, propostas pedagógicas e estudos que têm sido publicados nos últimos anos.

No entanto, fica evidente a necessidade de formações voltadas para a coordenação pedagógica, para que o coordenador seja efetivamente um líder, articulador e formador, capaz de atender às necessidades educativas dos estudantes e dos professores, acompanhando, contribuindo e mediando o processo de ensino-aprendizagem.

É essencial que os profissionais da educação estejam cientes dessas leis e de suas implicações para que possam atuar de forma colaborativa e comprometida com a inclusão escolar. O coordenador pedagógico, junto com sua equipe, deve ser um facilitador desse processo, promovendo um ambiente escolar que valorize a diversidade e que busque constantemente novas formas de incluir todos os estudantes. Assim, reforçamos a necessidade de um olhar atento e sensível às especificidades de cada estudante,

garantindo que todos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento. A inclusão não é apenas uma exigência legal, mas um imperativo ético que deve orientar todas as ações pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146/2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 163, p. 3, 26 ago. 2009.

CRUZ, Cátia de Souza; SILVA, Osni Oliveira Noberto da. **A atuação do coordenador pedagógico na inclusão educacional**: uma revisão sistemática. Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues**, v. 1, n. 1, p. 95-103, 2013.

ROSÁRIO, Gabriela Chem de Souza do; PAPI, Silmara de Oliveira Gomes. **Coordenação Pedagógica**: atuação junto aos professores para a inclusão escolar. São Paulo: Fundação Santilliana, Editora Moderna, 2023.

SALVADOR. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 038/2013**. Publicada no DOM de 10/12/2013.

SALVADOR. Plano Municipal de Educação de Salvador (PME). Lei Ordinária nº 9.105/2016 de Salvador BA ([leismunicipais.com.br](http://leismunicipais.com.br)). Acesso em: 18 jul. 2024.